

F  
320.981

V614

SP

**LUIZ VIANA FILHO**

**AS SUCESSÕES PRESIDENCIAIS**

BRASÍLIA — 1983

**LUIZ VIANA FILHO**

# **AS SUCESSÕES PRESIDENCIAIS**

**Discursos no Senado Federal em  
15 de abril e 17 de agosto de 1983.**

**BRASÍLIA — 1983**



Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Espero que o meu discurso não seja tão rumoroso quanto o do nosso colega que tão brilhantemente acaba de ocupar a tribuna. Devo dizer que nem pretendo adiantar o relógio da História e nem também acredito que alguém o consiga atrasar.

É objeto do breve discurso que pretendo fazer aqui uma apreciação sobre as sucessões presidenciais no Brasil. Veio-me essa idéa justamente ao ler a Mensagem do Senhor Presidente da República, naquela lúcida e meditada introdução que a precede, e na qual Sua Excelência declara que o consenso não deve ser voltado para os problemas menores, mas, sim, para os grandes problemas do País.

Ora, Sr. Presidente, não sei de problema mais grave, de problema mais sério, mais carregado de elementos de perturbação, em toda a história republicana, do que as sucessões presidenciais. Elas, sempre que não conduzidas dentro de um espírito de entendimento, de consenso, que atendessem às aspirações de paz, de tranqüilidade, de progresso do País, desaguaram em graves perturbações.

Começa com o episódio de Deodoro. É natural que todos nós tenhamos a idéa de que a eleição de Deodoro, Proclamador da República, haja sido uma eleição tranqüila. Longe disso. Na Constituinte, formara-se uma corrente que tinha como um dos líderes o General e Senador pelo Estado de Pernambuco, José Semião, e que se reuniu em torno da figura austera de Prudente de Moraes. Consequência disso foi que a bancada de São Paulo julgou do seu dever apoiar Prudente contra Deodoro. Não é um fato de somenos importância. Campos Sales, republicano histórico, ao dar o seu voto a Prudente de Moraes, contra Deodoro, declarou pre-emptoriamente que o fazia sabendo cometer o maior erro político da sua vida. Tinha uma visão realmente perfeita do problema. Não demorou muito para que tivéssemos a dissolução do Congresso, a deposição de Deodoro, depois a volta do Congresso, com a Revolta da Esquadra e a posse de Floriano Peixoto.

O que foi o Governo Floriano Peixoto, acho que será desnecessário acrescentar aqui qualquer nota, tanto são conhecidos os episódios de perturbação, de inquietação, de luta, que marcaram a vida republicana daquela época.

Não foram poucos os que pretendiam que Floriano se perpetuasse no poder, e talvez tal não tenha acontecido, por causa da enfermidade de que foi vítima e que o matou pouco depois de deixar o Governo.

Surgiu, então, novamente, a candidatura de Prudente de Moraes. Não era uma candidatura de paz; longe disso, era uma candidatura de oposição a Floriano, e combatida por todos os adeptos de Floriano Peixoto. A consequência disso, nós sabemos que foram quatro anos de perturbação na vida brasileira. Tivemos Canudos, tivemos a revolução federalista, tivemos a rutura do sistema republicano com a cisão do partido chefiado pelo eminente representante de São Paulo, Francisco Glicério. E foi justamente em consequência desse enfraquecimento de Prudente, da fraqueza em que se viu o Governo Federal, que emergiu como uma solução, digamos, natural, conciliatória, o nome de Campos Sales.

Campos Sales, quando alcança o Governo da República, é um nome de conciliação, é um nome que se opõe a Prudente, não é o candidato de Prudente. Mas Prudente, àquele tempo, já não tinha qualquer elemento político, não tinha força para impor um candidato contra a política de São Paulo, chefiada por Francisco Glicério. Deu-se, assim, um interregno de paz. Apesar de todas as conturbações que a política financeira trouxe ao Governo de Campos Sales, ele foi um Governo politicamente forte, através do que se chamou, do que ficou na história, como a política dos governadores. Mas Campos Sales teve a preocupação de — e eu desejo chamar a atenção sobre isso — dar ao País um Presidente, um sucessor que pudesse continuar a sua política de pacificação. Para fazê-lo, ele teve que enfrentar os elementos republicanos, que eram infensos ao seu candidato Rodrigues Alves, conselheiro da monarquia e, portanto, não integrado entre os que se chamavam “republicanos históricos”. Entretanto, no livro que escreveu, intitulado “Da Propaganda à Presidência”, Campos Sales deixou bem marcado que a sucessão presidencial era o grande eixo da política brasileira, era o fato mais importante da vida da Nação. “E continua a ser”, foi expressão também usada por Quintino Bocaiuva, quando veio a candidatura do Marechal Hermes, e acentuou que “naquele momento se deslocava o eixo da política brasileira”.

Num livro relativamente recente, o eminente Dr. Afonso Arinos assinala que o fato mais importante da política brasileira, durante toda a República, haviam sido as sucessões presidenciais. Mas Campos Sales, como eu aqui acentuava, considerou que era mais importante para o País, mais importante para a vida nacional, que se desse a chefia do governo, a chefia da República, não a um republicano histórico, mas àquele que fosse realmente o mais capaz de servir ao Brasil. Queria, assim, evitar aquilo que se dera antes, da sua própria sucessão. Então, ele declara nesse trabalho preliminar, dizendo que “ninguém recusará preferência ao histórico, mas é essencial a competência do administrador calmo e prudente, capaz de uma política de moderação, tolerância, concórdia, aspirando ao apaziguamento dos espíritos, para atender aos grandes interesses reais da República”.

Foi nessa base que se chamou à candidatura de Rodrigues Alves. E Rodrigues Alves, ao aceitar a candidatura, manda a Campos Sales uma

carta que define o seu espírito, a sua maneira de ser como homem público do Brasil. Dizia ele a Campos Sales:

“Sei que V. Ex<sup>a</sup> conhece a minha índole pacífica, o meu espírito de tolerância, a minha vocação para harmonizar, em vez de separar. E daí, talvez, que veio a idéia do meu nome.”

Teve ele como Vice-Presidente Silviano Brandão, ilustre líder, então, da política mineira, que, entretanto, faleceu pouco depois de assumir as funções de Vice-Presidente, tendo como substituto o eminente Dr. Afonso Pena.

Rodrigues Alves, cuja obra administrativa é tão proclamada, reconhecida, justamente louvada e aplaudida pelo País, iria tropeçar justamente nas dificuldades financeiras, as dificuldades que se opuseram à prosperidade do café.

É justamente aí que surge, então, o famoso Acordo ou Convênio de Taubaté. O Convênio de Taubaté, que reúne os interesses de São Paulo, os interesses de Minas Gerais e os interesses do Estado do Rio de Janeiro, então grande produtor de café, teve como consequência o perecimento da autoridade política de Rodrigues Alves, que se opusera àquele convênio.

Justamente na base desse convênio que se foi buscar a candidatura de Afonso Pena, aliás, uma das candidaturas mais difíceis na vida brasileira, uma vez que, dentro da própria política mineira, havia elementos da maior importância, como Carlos Peixoto e João Pinheiro, que se opunham à candidatura Afonso Pena, candidatura essa que somente vingou por esse fato realmente singular na vida do Brasil: a recusa do Governador de Minas, Francisco Sales, em aceitar a Presidência da República, que lhe era insistentemente oferecida pelos mais prestigiosos elementos políticos da vida brasileira. Sabe-se que Rosa e Silva mandara Estácio Coimbra oferecer a Presidência a Francisco Sales. O próprio Pinheiro Machado mandou oferecer a Francisco Sales a Presidência da República. Entretanto, talvez com modéstia, ele se considerava ainda uma figura de província. Achava ainda não ter alcançado aquela altitude, aquela maturidade, aquela repercussão na vida nacional do Brasil que lhe autorizasse a aceitar a suprema magistratura do País. E também, inabalavelmente, a todos os emissários que o procuraram em nome da política federal — e não foram poucos — ele respondeu: “Minas só tem um candidato — Afonso Pena”.

Do episódio é esclarecedor o que escreveu Gilberto Amado:

“O Senador Rosa e Silva, chefe da política pernambucana e centro de gravitação de poderosas influências em vários Estados setentrionais, incumbira o Dr. Estácio Coimbra, seu lugar-tenente, de ir a Belo Horizonte levar a segurança do seu apoio e de seus amigos do Norte ao nome do Presidente de Minas para sucessor de Rodrigues Alves.

Dias depois o Palácio da Liberdade recebia o emissário de Rodrigues Alves, para consultar se afastada a candidatura Bernardino de Campos por espontânea desistência deste, o Partido Republicano Paulista, tendo à sua frente o Presidente da República, poderia lançar a candidatura Francisco Sales e iniciar as *démarches* junto aos chefes políticos dos demais Estados como candidato de conciliação.

A resposta de Francisco Sales a ambas as embaixadas foi a mesma. Não vacilou um instante. Não pediu prazo para pensar nem para consultar amigos. Agradeceu desvanecido a demonstração de confiança na política mineira. Achava acertado procurar-se em Minas o candidato de conciliação. Os mineiros eram, por índole e tradição, moderados e conciliadores. Não se julgava, todavia, com direito a aspirar à mais alta magistratura do país, quando Minas contava com outros políticos de mais serviços e de mais experiência. Ele ainda era um político de Província. Não conhecia de perto os meandros da política nacional nem os graves problemas da administração federal. Pedia vênias para lembrar que, depois da celeuma que se levantou e do sacrifício de nomes de brasileiros eminentes, como Bernardino de Campos, o povo estava esperando um nome de repercussão nacional. Se era conhecido em Minas, em São Paulo e no Rio, não o era no resto do País."

Fez-se, assim, a candidatura Afonso Pena, que, de algum modo, era uma surpresa para o mundo político ou para uma parte do mundo político. Conta-se até um episódio, que reproduzo aqui, para amenizar um pouco este discurso, que Bernardo Monteiro, a pedido de Rodrigues Alves, foi a Belo Horizonte convidar Afonso Pena para vir até o Rio de Janeiro conversar com o Presidente da República. Vieram juntos, como acontecia naquele tempo, no noturno mineiro. Ao chegarem à Central do Brasil, era verdadeiramente um deserto. Não havia ninguém esperando Afonso Pena. Então, conta-se que Bernardo Monteiro voltou-se para Afonso Pena e lhe disse: "Dr. Pena, se soubesse aqui o que sei, isto aqui era uma multidão". Realmente, ele vinha para ter a palavra definitiva de Rodrigues Alves, e se tornar o Presidente da República do Brasil.

No entanto, entrava numa cisão com a política de Rodrigues Alves, que teve, verdadeiramente, ou sob o ponto de vista político, um fim melancólico, com o Catete vazio, poucos amigos o procurando, por mais que ele tivesse procurado disfarçar a derrota que amargava, aderindo decididamente à candidatura Afonso Pena. Aliás, Afonso Arinos chama isso o "golpe de mestre" de Rodrigues Alves, isto é, não confessar a derrota que havia sido vítima na vida política brasileira.

Não faltaram, entretanto, a Afonso Pena, elementos que ficaram solapando a sua política, a sua administração, talvez a começar por Pinheiro Machado, já àquele tempo erigido na maior figura do Parlamento, do

Congresso, a mais prestigiosa figura da cena política brasileira. Pinheiro Machado, de certo modo, aspirava, já àquele tempo, à Presidência. Quando senti que os seus esforços para fazer um candidato da sua preferência, que uns dizem ser Rui Barbosa, enquanto outros apontam, ser a volta de Campos Sales, indicado por Pinheiro, dizem com o objetivo de dividir a política paulista, que passava, assim, a ter no seu seio aquele elemento de embaraço ou de constrangimento diante do Governador de São Paulo, também aspirante à candidatura: Bernadino de Campos, quando ele senti que não poderia levar a bom termo essa candidatura, aparece, então, com o nome do Marechal Hermes da Fonseca. Qual a consequência dessa candidatura, todo o Brasil sabe. Por um lado, foi o mais brilhante, propondo ao Brasil aquele singular espetáculo cívico, a Campanha Cívica, espetáculo memorável, incomparável em toda a vida republicana do Brasil. Mas, de tal maneira o País se conturbava que, mal o Marechal Hermes assume a Presidência da República, já era flagrante que se tornava necessário polarizar as forças políticas em torno de algum candidato à Presidência da República, para preencher um vazio que era pernicioso à vida pública brasileira.

Naturalmente, algumas coisas haviam acontecido antes disso. Havia acontecido a derrota do candidato do Presidente, que era David Campista, aquela figura extraordinária de intelectual, de homem de letras, de homem culto, que passava como amante das belas artes, da música, da boa conversa, enfim, tudo que podia marcar uma privilegiada personalidade de homem de inteligência e de cultura. Entretanto, chamo a atenção de V. Ex.<sup>as</sup> para esse ponto. Costumo dizer, pela minha experiência — aí eu falo pela minha experiência — que o ótimo costuma ser o inimigo do bom. Quando afastamos o bom em busca do ótimo, muitas vezes perdemos o ótimo e também o bom.

Rui Barbosa se insurgiu contra Campista, ele que era o mais alto intelectual do Brasil, ele se voltou contra Campista, atirou-se contra Campista. É conhecida a carta a Pinheiro e Azeredo naquela circunstância.

Mas, afastando Campista, que era a grande figura, não de estadista, apenas, mas de intelectual, sobretudo de estadista, pela obra financeira que ele havia realizado em Minas Gerais e continuara a realizar no Ministério da Fazenda de Afonso Pena, Rui Barbosa, involuntariamente, é evidente, abria caminho para a entrada do militarismo no Brasil. Foi por essa porta, justamente aberta pelo eminente Senador conselheiro Rui Barbosa, que o militarismo entrou inicialmente na política brasileira.

Mas, como eu dizia, Sr. Presidente, era tão visível aquela conturbação nacional provocada pela candidatura, pela campanha que Hermes não tinha mais nenhuma força para fazer ou para impor o seu sucessor.

Aí aparece, inicialmente, a candidatura de Pinheiro Machado, promovida, ou, pelo menos, inicialmente trabalhada pelo Senador Antônio Azeredo. Foi S. Ex.<sup>a</sup> que se dirigiu ao Governador de Minas Gerais, Bueno Brandão, que já havia a esse tempo aceito a chapa Campos Sales,

novamente lançada por Pinheiro Machado, Wenceslau Braz. Aí, nós temos um parêntese sobre os problemas da Vice-Presidência.

Mas, embora já assim comprometido, ele recebe uma carta de Antônio Azeredo, dizendo que Pinheiro Machado não desejava ser o Presidente, não ambicionava ser o Presidente, mas que o Presidente Hermes da Fonseca considerava a fórmula Pinheiro-Bueno Brandão uma fórmula felicíssima. O que faz Bueno Brandão, que era o Governador de Minas Gerais, e, portanto, grande autoridade na política daquela época? Ele responde numa carta, modelo de habilidade política — não quero dizer de habilidade mineira — na qual ele diz: “Nada tinha a opor à candidatura do nosso eminente chefe” — o eminente chefe era Pinheiro Machado, cujas qualidades, cujos trabalhos, cujos sentimentos republicanos tanto o credenciavam para a Presidência da República. Entretanto, ele nada podia fazer, nenhuma posição podia tomar antes de consultar o seu Partido. O seu Partido era o PRM, conhecido como a “Farasca”, se não estou em erro, por isso estou pedindo as luzes do nobre Senador Itamar Franco, que confirmará ou não.

Mas, nessa mesma ocasião, as forças paulistas não viam bem a candidatura de Pinheiro Machado. Rodrigues Alves promove a ida de Cincinato Braga a Ouro Fino, cidade mineira limítrofe de São Paulo, onde Bueno Brandão veraneava, ou gozava férias. Então leva a Bueno Brandão o ponto de vista de São Paulo contra a candidatura de Pinheiro Machado, ponto de vista para o qual pedia o apoio de São Paulo. É realmente a primeira vez que se nota, em toda a sua configuração, em todas suas linhas principais, o início daquela política que ficou conhecida como a “política do café com leite”.

E Cincinato, ao voltar da sua missão, o que diz a Rodrigues Alves, como súmula, naturalmente, daquelas longas conversações, é que Minas tinha dois pontos de vista: primeiro, não apoiaria Pinheiro e, segundo, não aceitava a Vice-Presidência. E daí se inferia que Minas queria a Presidência. Queria e teve. Aí ela se tomou, como foi notório, na época, o ponto de confluência, a chave mestra de toda a solução política do Brasil, naquele momento. Não houve como evitar isso. E apenas vou fazer aquele parêntese, a que me referi, sobre a Vice-Presidência.

São Paulo aceitou a chapa Campos Sales-Wenceslau; Minas queria a chapa — dizia aceitar — Campos Sales-Wenceslau. Resultado: a coligação vetou a primeira chapa e o PRC vetou a segunda, e assim desapareceu nas vagas, nas ondas da Vice-Presidência, a candidatura presidencial de Campos Sales. Campos Sales, que estava apontado, era tido como um candidato vitorioso, teve o seu nome justamente sacrificado, dada a impossibilidade de se chegar a um acordo em torno da Vice-Presidência ou do Vice-Presidente que ele devia ter.

É nesse momento, pouco depois da morte do próprio Campos Sales, que surge a candidatura de Wenceslau Braz. Conta-se que Sabino Barroso, acompanhado de Tavares de Lyra, procurara Pinheiro para sugerir

ou lembrar o nome de Wenceslau Braz. Então, de Pinheiro Machado, que era realmente um homem de uma inteligência profundamente aguda, e às vezes irônica, voltou-se para aqueles emissários políticos e disse: "Vocês, quando falam em acordo, trazem sempre no bolso o nome de um mineirinho", o mineirinho era Wenceslau Braz. Pinheiro não deu a resposta imediata, disse que iria dá-la depois. Teria consultado, segundo se diz, nesse mesmo dia, o Marechal Hermes, Presidente da República, e à noite, numa recepção que havia no Itamarati, anunciou que estava disposto a aceitar a candidatura Wenceslau Braz. Surgiu, assim, essa candidatura, como uma candidatura de paz, uma candidatura capaz de dar tranquilidade que, àquele momento, se esperava para o Brasil, quando já havia, nos horizontes, os primeiros prenúncios da conflagração mundial, que se estendeu até 1918.

Voltamos aí à candidatura Rodrigues Alves, já doente, já visivelmente sem condições de assumir e que deu margem àquele período que foi chamado da Regência Republicana.

O Sr. Lutz Cavalcante — V. Ex<sup>a</sup> me permite, eminente colega?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Já que V. Ex<sup>a</sup> saiu do período Wenceslau Braz, eu me permito lembrar, não a V. Ex<sup>a</sup>, que sabe a História do Brasil de cor e salteado, permito-me lembrar, talvez, a um único colega que não conheça o episódio, o que se passou com o Marechal Hermes na Presidência de Wenceslau Braz. Terminou o Governo o meu ilustre camarada, Marechal Hermes, impopularíssimo. Nenhum Presidente, ao término do mandato, foi tão — e a palavra é esta mesmo — execrado como o Marechal Hermes da Fonseca, ridicularizado. A cantiga "A Careca do Dudu", os mais velhos, os da minha faixa, ainda sabem a toada. Pois bem, mas mesmo assim, pela mão de Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca disputou o Senado, pelo Rio Grande do Sul, e foi vitorioso, com mais de sessenta mil votos, contra Ramiro Barcelos, com apenas três mil e poucos votos. Uma vitória estupenda. Mas, tal a impopularidade de Hermes da Fonseca, no Rio de Janeiro, que ele refugiou-se na sua casa, em Petrópolis, e não teve coragem de assumir o Senado, acabando por renunciar à cadeira. Isso mostra a força da opinião pública. O episódio, também, parece-me, foi o marco do arrefecimento do militarismo, no Brasil, durante muitos anos. Perdõe-me V. Ex<sup>a</sup> essa descabida intervenção. Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> essa valiosa contribuição, que tanto vai ilustrar o meu discurso, e que permite que eu faça, também, um pequeno retrocesso, aqui, com as notas, para mostrar a preocupação que havia na Velha República, com os políticos daquela época, de evitar as lutas demasiadas, que eles sabiam malélicas ao País.

Quando Brandão, por exemplo, insiste com Hermes para aceitar a candidatura Wenceslau, ele diz: "Evitando lutas quase sempre prejudi-

ciais aos interesses do País". E Campos Sales, ao se referir à iniciativa que havia tomado Pinheiro Machado, com o apoio de Bueno Brandão, em favor da sua candidatura, também se insurge dizendo que só podia aceitar a sua candidatura se ela fosse uma candidatura de conciliação nacional; porque, dizia ele, ficará assim resolvida a crise que vem perturbando a política do País, que tanto precisa de paz e tranquilidade aos espíritos.

Assim, vemos que há uma preocupação, há uma nota mais ou menos constante, em torno da escolha dos Presidentes da República, para esses, tanto quanto possível, pelo menos, fossem a confluência de grandes setores, dos maiores setores da vida pública, da vida política nacional. Não foram as lutas que fizeram a grandeza do Brasil, o que fez a grandeza do Brasil foram justamente aqueles períodos em que nós conseguimos a paz política para a Nação.

Mas, Sr. Presidente, continuo. Disse a V. Ex<sup>ã</sup>, ou chamei aqui a atenção, que depois de Wenceslau teria voltado a candidatura de Rodrigues Alves, que não chegou a se empossar, e dela se passando para a candidatura Epiácio Pessoa. É curioso, aliás, que Epiácio Pessoa tivesse tido um apoio decidido dos mineiros. Raul Soares talvez tenha sido — e diz-se que foi — o grande artífice da candidatura Epiácio, uma vez que ele pretendia ou ele já tinha as vistas voltadas para a candidatura Arthur Bernardes, mas que àquele momento ainda era prematura. O nome que emergiu imediatamente foi o de Altino Arantes, que era o Governador de São Paulo, Presidente de São Paulo, como se dizia àquele tempo, um jovem homem de quarenta e poucos anos, e que fazia administração realmente brilhante em São Paulo. Mas foi alegado — sempre há alguma alegação a fazer — que não ficava bem, que depois de uma chapa paulista-mineira, isto é, Rodrigues Alves e Delfim Moreira, se colocasse um novo presidente paulista, voltando-se então à mesma fórmula de presidente paulista e vice-presidente mineiro. Raul Soares sem dúvida, uma das grandes figuras da política brasileira, morreu no Governo de Minas, quando para ele se abriam aqueles mesmos caminhos que a morte barrou. Do mesmo modo, aquele outro grande mineiro que eu omiti aqui, lamentavelmente, que foi João Pinheiro. A morte representou para a política mineira, como também para o Brasil, realmente, um prejuízo terrível, com a perda desses dois grandes estadistas, que foram João Pinheiro e Raul Soares.

Raul Soares, entretanto, se bateu pela candidatura Epiácio, e é interessante que o tivesse feito, porque numa carta publicada recentemente num livro de Oswaldo Trigueiro, ele dizia a João Pessoa, a propósito justamente das candidaturas que precederam as de Getúlio Vargas e Júlio Prestes, que a Paraíba nada devia à política de São Paulo ou à política de Minas, embora os presidentes paulistas tivessem sido melhores do que os presidentes mineiros.

Entretanto, é justamente Minas que vai levar para a Presidência aquela grande figura que João Mangabeira considera a maior intelectual.

lidade, a maior celebração que terá chegado à Presidência da República no Brasil.

Mas, Epitácio, por esta condição mesmo, sentia que devia ser um Presidente fraco, uma vez que tinha à sua ilharga, as duas grandes políticas de São Paulo e de Minas. E, por isso, ele não quis intervir. Solicitado para se pronunciar sobre isso, deixou um testemunho no livro que escreveu — *Pela Verdade* — no qual, aliás — já é uma transcrição da sua filha — escreveu Epitácio que, “em março de 1921, recebera em Petrópolis, Carlos de Campos, vindo da parte de Washington Luiz, que era o Presidente de São Paulo, que lhe mandava dizer que fora procurado pelo Dr. Raul Soares, pedindo esforços em favor de Arthur Bernardes. Washington, que nada respondera antes de conhecer o pensamento de Epitácio, respondia ao emissário do Presidente de São Paulo — diz Epitácio — e que na conformidade com os propósitos reiteradamente manifestados desde o início do Governo eu, de modo algum, me envolveria na escolha do meu sucessor”.

Mas, quando tudo parecia levar a águas tranqüilas a candidatura Epitácio Pessoa, surgiu a disputa em torno da Vice-Presidência da República: de um lado, a Bahia, pleiteando para J. J. Seabra; do outro lado, Pernambuco, que pretendia a Vice-Presidência para Estácio Cunha.

Aí, a política daquele tempo, os políticos, as facções, os grupos, . . .

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campanha.) — A Mesa solicita a V. Ex<sup>a</sup> que termine seu discurso, em virtude de seu tempo estar esgotado.

O SR. LUIZ VIANA — Em cinco minutos, terminarei.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eu ficarei sobremaneira agradecido a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, pela tolerância que tem tido, mas posso assegurar que, em cinco minutos, estará encerrado o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

O SR. LUIZ VIANA — Mas, como dizia, surgiu essa disputa da Vice-Presidência e, aí, foi inconciliável. Houve reuniões, fórmulas, sugestões — não cabe aqui enunciá-las, mas não se chegou a nenhum resultado.

A consequência foi que Nilo Peçanha, que havia desembarcado, dando até um viva a Arthur Bernardes ainda no cais, se tornou, com o apoio de Pernambuco, com o apoio da Bahia, com o apoio do Rio Grande do Sul, candidato da Reação Republicana.

Essa, não sei, é um pouco dos nossos dias; pelo menos, nós todos ouvimos o ruído dessa campanha gigantesca que foi a da Reação Republicana e que teve, como consequência, isolar o Presidente Bernardes no

Palácio. Tais as cogitações que se seguiram: a primeira, ainda, no Governo Epitácio, com a rebelião de 5 de julho de 22; a seguinte, já no Governo Bernardes, em 5 de julho de 24, quando o próprio Presidente de São Paulo, Carlos de Campos, teve que deixar a Capital para se homiziar no interior do Estado.

Então, a consequência daquela luta, a consequência da campanha presidencial entre Bernardes e Nilo, são 4 anos de luta, 4 anos de agitação, 4 anos de intranquilidade para o País. Acho que são anos que, por mais que admiremos a firmeza dos homens, a coragem dos seus protagonistas, acredito que não tenham sido benéficos ao País.

Quero, aqui, trazer um pequeno depoimento porque, no meio da história, quando ela se aproxima para cá, eu já tenho alguma coisa pessoal: contava-me Octávio Mangabeira que, a 15 de novembro de 1926, quando se findava o período do Presidente Bernardes, ele, que havia sido seu amigo sobretudo na Câmara dos Deputados, achou que devia levar uma palavra de amizade, de apreço, ao grande Presidente Arthur Bernardes — e assim o fez. Lá chegando, Bernardes arrumava, ou desarrumava os últimos papéis no Catete e, nessa conversa com Octávio Mangabeira, ele lhe disse: “Dr. Mangabeira, eu sou o último Presidente que consegue se manter dentro da legalidade. Realmente, o estado de sítio era uma medida legal graças à qual ele se manteve. O seu sucessor, Washington Luiz, como sabemos, foi deposto, e o foi, em consequência de outra luta presidencial.

Para ver como nós sabemos pouco do dia de amanhã, de quem vai ser Presidente, de quem não vai, qual é o futuro de cada um, sobretudo dos mais jovens, que não é o meu caso, vou ler aqui um pequeno trecho, que acho não contrariará o tempo que me foi dado. Ele conta que na Câmara — isto é de Gilberto Amado — freqüentemente encontrava, em colóquio, Getúlio Vargas. E diz assim:

Nesse ano de 1924 podia-se vê-lo freqüentes vezes em conversação com o novo líder da bancada rio-grandense — era Júlio Prestes —, homem ainda jovem, baixo, troncudo, com um ligeiro desvio na maneira de olhar, jeito plácido e sorridente, que chegava à representação nacional precedido de boa reputação, mas sem estrondo ou movimentação de gaúcho. Chamava-se Getúlio Vargas. Minha memória se entretém, como diante de um diptico antigo, em evocar aquele par de amigos formado pelo líder de São Paulo, a quem já se predizia a Presidência da República, e o do Rio Grande do Sul, em cuja figura modesta, neutra de aparência, não se podia ler nenhuma indicação das formidáveis possibilidades de que era portador.

São as surpresas da vida política, que vai encontrar os seus eleitos onde muitas vezes os seus contemporâneos, os seus circunstantes não imaginam. Quem poderá saber, aqui, se estamos diante de algum ou de alguns futuros Presidentes da República? Ninguém, nenhum de nós pode

saber. Mas, desejo que assim seja e, sobretudo, o objetivo do meu discurso é mostrar que nós devemos todos, sem exceção, acima dos partidos, ter a consciência, pelo menos ter a consciência, de que tudo que pudermos fazer em benefício do consenso, em benefício da harmonia, em benefício do entendimento, será benéfico ao Brasil. Tenho ouvido falar em muitos candidatos, cada um com seus títulos, seus títulos ilustres, da política, pessoas, enfim, de várias ordens. Mas a grande pergunta que me faço, e que deixo aqui colocada, é saber qual dos brasileiros é o mais indicado para fazer a felicidade do País? (*Palmas.*)

O Sr. José Lins — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) — Sr. Presidente, não poderia passar em branco, sem um elogio, essa aula que o nobre Senador Luiz Viana acaba de nos dar. Ele se move entre os personagens da história, assim como nós, nordestinos, nos movemos entre os pobres da região. Apenas ele se movimenta com mais familiaridade.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela generosidade com que tanto me cativa.

O Sr. José Lins — Compraz-me também a conclusão a que chega Vossa Excelência. O País precisa realmente do consenso dos homens de boa vontade.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> (*Palmas.*)



Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em verdade, não vou fazer um discurso — vou continuar um discurso que aqui proferi, inserindo algumas observações sobre as nossas sucessões presidenciais e, sobretudo, as danosas conseqüências que advieram das lutas políticas em torno das sucessões. Faço-o com profunda convicção quanto aos males, aos velhos males oriundos da casa dividida. Dela já nos falam as Escrituras, e não há quem ignore o que representa uma casa dividida, máxime num momento em que mais deveríamos ter a certeza de que tudo deve-se unir para sustentar a casa ameaçada. Quem saberá o que acontecerá ao Brasil desunido? Até porque, se houve uma hora, um momento em que o Brasil de Norte a Sul sinta e reclame uma união de forças, para vencermos a grave crise que atravessamos, é este que vivemos. Divididos como estamos ninguém evitará, mais dia ou menos dia, o naufrágio — não digo dos homens, não digo dos partidos — digo das instituições, do sistema de vida, que é o das nossas concepções.

Não se pense ser idéia nascida na hora atual, ou de eventualidade política trazida pela situação em que se encontra o Brasil com uma inflação galopante, e outra ainda maior de candidatos.

Lembrando a grande figura de Milton Campos, poderei dizer que não tomo as idéias da minha posição, mas a posição das minhas idéias. Realmente, Sr. Presidente, e peço licença para lembrá-lo, já em 1968 — há 15 anos, portanto, — levantava eu, como governador do Estado da Bahia, a bandeira da pacificação nacional. E, em entrevista ao jornalista Carlos Chagas, então representante de *O Globo*, dizia-lhe eu, respondendo à pergunta que me fizera sobre o que era a pacificação: “Por enquanto, respondi apenas uma sugestão. Uma colaboração política que entendo de meu dever levar ao Presidente e às forças partidárias. Diante do atual quadro de radicalizações e crises — pois a *frente ampla* (era a grande força que surgia na Oposição naquele tempo) — joga primordialmente na crise — entendo que cabe aos políticos a busca de soluções políticas. A ARENA e o MDB têm não apenas condições, mas também o dever de se unirem para a preservação de objetivos e metas comuns. A estabilidade das instituições e do regime é uma dessas metas.

“Vemos, hoje, a ARENA amplamente majoritária em todo o País. Pacificação não quer dizer, portanto, a busca de maioria pela situação,

uma vez que a maioria já é amplamente situacionista. Acontece que o MDB, diante da crescente radicalização da *frente ampla*, torna-se cada vez mais imprensado por ela, e a partir de determinada época, meses atrás, insensivelmente, seus membros estão sendo empurrados no sentido dos radicais. Estão ficando sem alternativas, sem opções. Com isso, a ARENA é obrigada a uma ação igual, e em sentido contrário, bem como todos os demais setores e áreas revolucionárias.

— “Ninguém sabe o que poderá advir da radicalização crescente, mas boa coisa não será. Ao final de tudo, terão sofrido as instituições democráticas. Devemos cuidar daquela “plantinha tenra” de que falava Otávio Mangabeira.”

Não preciso dizer que a pacificação não se fez, pois a boa vontade e a compreensão do Presidente Costa e Silva esbarrou no muro de intransponíveis reivindicações da oposição. Hoje, Sr. Presidente, volvidos 15 anos, tenho o direito de perguntar — terá sido o melhor para o Brasil? Terá sido o melhor para a “plantinha tenra” do Sr. Otávio Mangabeira? Não o creio.

Feita essa introdução, desejo voltar aos rumos do meu discurso anterior, e examinarei agora a sucessão do Sr. Washington Luís, que, obstinado na idéia de ser sucedido pelo Sr. Júlio Prestes, atirou o País na Revolução de 1930. O episódio é tão recente que dispensa pormenores. Não se pode, porém, esquecer que da teimosia do Sr. Washington Luís nasceu o pacto firmado entre os situacionismos de Minas e São Paulo, como revide à imposição do Catete. Invoco aqui o depoimento de João Neves da Fontoura, um dos grandes e brilhantes artífices daquele pacto: “Meu tenaz esforço — escreveu o Sr. João Neves — concentrou-se, pois, em afeiçoar as coisas de modo a tornar inevitável a candidatura rio-grandense. O resultado favorável proveio da pressão dos acontecimentos e da auto-suficiência presidencial”. Ao que aduz que o Sr. Washington Luís, “dispunha de múltiplas forças e formas e fórmulas para ganhar a partida e frustrar o advento da Aliança Liberal”. Seu orgulho, sua teimosia, sua intransigência, sua concepção imperial do poder não admitiam, porém, solução para o problema sucessório fora do Sr. Júlio Prestes”. O resultado dessa atitude, já o registrou a História, foi a Revolução de 1930. Não esqueçamos, porém, que a obstinação do Sr. Washington Luís ocorria justamente quando o Sr. Antônio Carlos, candidato natural da velha política do “café com leite”, desencarnava de suas ambições para permitir que se abrisse o caminho da vitória da Aliança Liberal.

Pensa alguém que o Presidente Washington Luís não tinha bons motivos para acreditar na vitória? Dezesete governadores o apoiavam, ao tempo em que dispunha de ampla maioria parlamentar. Entretanto, nada mais perigoso nas avaliações políticas do que essa confiança nas forças oficiais. Como dizem os hispânicos — No hay adversario chico... Todo adversário deve ser considerado grande e perigoso. Washington Luís, por formação, era incapaz dessa visão. Outros, entretanto, a tiveram

dentre os seus amigos, tanto visível que a Nação queria mudar. Ao Sr. Antônio Carlos atribuiu-se a famosa frase: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". E eu pergunto: se hoje a repetisse, estaria porventura cometendo um dislate? Mas, retomemos o fio da meada. Entre os amigos do Presidente estava o Sr. Otávio Mangabeira, que por várias vezes insistiu para que se buscasse um candidato de conciliação. Seria, talvez, o que hoje estão chamando o candidato de consenso. O Presidente, no entanto, pusera o pé na parede e ninguém o afastaria da candidatura Júlio Prestes. Certa vez, como Mangabeira insistisse, o Presidente redarguiu-lhe: "Dr. Mangabeira, não se preocupe, todos os caminhos levam a Roma". Não demorou muito que ambos se encontrassem no exílio, e Mangabeira lembrasse ao obstinado Presidente: "O senhor tinha razão, todos os caminhos levam a Roma".

Infelizmente, para mim, Sr. Presidente, sou dos que bem sei que nem todos os caminhos levam a Roma, pois já trilhei os que me levaram a padecer oito anos de Estado Novo.

A verdade é que Mangabeira, com a acuidade política que lhe era própria, compreendera que da primeira República já brotara o divórcio entre a elite dirigente e a Nação: falavam línguas diferentes.

Será preciso lembrar as conseqüências advindas ao Brasil daquele desentendimento da classe política? Além de 1930, experimentaríamos o Movimento Constitucionalista de 1932, no qual vimos sacrificados milhares e milhares de jovens idealistas de São Paulo. Mas, não ficaria aí a coroa de espinhos. Teríamos 1935, símbolo da bravura e do sacrifício de militares, e, por fim, teríamos a noite descida em 1937. E não quero deixar de registrar a frase que o Sr. Francisco Campos diria nesse ano, que a Nação estava cansada.

Dentro dos rumos que me tracei para escorvar a memória dos esquecidos dos amargos frutos das lutas sucessórias, não posso passar por cima de 1937. Não importa saber se o Presidente Vargas pensava ou não em dar um golpe. O inconteste, a meu ver, é que este somente se tornou possível pela luta entre os Srs. José Américo e Armando Sales de Oliveira. Conta o Sr. Paulo Pinheiro Chagas, que tanto honrou o Parlamento brasileiro, como um dos nossos mais brilhantes tribunos, que Benedito Valadares bem cedo pressentira maus propósitos no Presidente Vargas, motivo por que promovera um entendimento entre os políticos mineiros. Tendo confidenciado certa feita: "Se necessário, faremos de Minas uma nova Catalunha". Não creio que tivesse gás para tanto: ficaria no que então se chamou a guampada de boi manso, mas que obrigou Vargas, na ocasião, a autorizá-lo a coordenar a candidatura José Américo, logo aceita pela grande maioria do PSD. A ela logo se opôs, porém, a candidatura do Governador Armando Sales, que cometeu o erro de deixar o governo dando oportunidade a que Vargas o derrotasse na Assembléia Legislativa com a eleição do Sr. Cardoso de Melo Neto, e fizesse de São Paulo uma das suas trincheiras. Nesse dia Sales estava derrotado, e a fogueira acesa para iluminar os caminhos do golpe de 37.

Volto aqui ao Sr. Mangabeira, que ainda uma vez viu longe as conseqüências da luta. Vi-o procurar o Agamenon Magalhães para fazer-lhe um apelo em favor de um candidato de conciliação, sob pena de Getúlio Vargas destruir as instituições. Diz-se que ao fim, quando conquistado o apoio do Ministro Dutra, que se inquietara com o tom da campanha, esboçara-se um entendimento para a retirada das duas candidaturas — elas já haviam, porém, dado seu fruto: o Estado Novo, que por longos oito anos conservaria o Brasil sob a ditadura.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, era no velho Tiradentes, havia a Bancada da Imprensa, e entre ela e as bancadas, está aqui um dos seus mais ilustres freqüentadores, o Senador Virgílio Távora, estava a Bancada dos Deputados. Mangabeira sentava-se ali, quando chegou o Sr. Deputado Agamenon Magalhães. Otávio Mangabeira chamou-o e fazendo-o curvar-se um pouco, para lhe falar ao ouvido, disse, num jeito que era muito seu: “Dr. Agamenon, qualquer candidato serve, qualquer, contanto que seja um”. E nesse momento há uma coincidência, passava ali, nessa terra de ninguém, o Sr. Juscelino Kubitschek, então modesto Deputado de Minas, naquela ocasião. E o Sr. Mangabeira, sem saber que fazia uma profecia, disse para o Sr. Agamenon: “Olhe, até o Juscelino serve”. A luta continuou e veio o golpe de 37.

Com a queda de Vargas, mais tarde, em outubro de 1945, teríamos o confronto entre as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes, cuja vitória se acreditava inevitável, e a do General Dutra, eleito pelo PSD e os remanescentes do Estado Novo. Embora breve, a luta fora áspera, pontuada por uma campanha de descrédito contra o Sr. Eurico Dutra, cuja aguda inteligência política o País ainda desconhecia. Sem dúvida, era o clima propício para novas lutas, motins, ou insurreições. Dutra, entretanto, sabia que somente a paz é frutuosa. Contou o Sr. Vitorino Freire que, ao organizar o Ministério, Dutra logo cuidara de consultar o Brigadeiro Eduardo Gomes, para que o Ministério da Aeronáutica, aquele a que, naturalmente, era mais sensível o Brigadeiro, viesse a ser ocupado por alguém que não provocasse maior reação. Permaneceu assim o Ministro Trompowski. Mas, não contente com tal demonstração de paz, desejou colocar no Gabinete Militar um oficial amigo de Eduardo Gomes, que sugeriu o nome do oficial Pedro Paulo Pessoa, que permaneceu no Gabinete até o fim do Governo.

Bem cedo o Presidente Dutra aplainara os caminhos que levariam ao acordo com a UDN, cujo Diretório, apesar da divergência de muitos — e lembro aqui os nomes de Virgílio de Melo Franco, José Américo, Carlos Lacerda e Adauto Lúcio Cardoso, para citar apenas alguns — aceitou a fórmula de Otávio Mangabeira, segundo a qual os membros da UDN podiam aceitar postos no Ministério, embora o Partido, oficialmente, não participasse do Governo. Cresceu assim a árvore da paz e sob ela, durante cinco anos, tivemos o tranqüilo Governo do Presidente Dutra, modelo de equilíbrio e tolerância. Pergunto: não terá sido um bem para o Brasil aquele período de paz?

A política, no entanto, é caprichosa. O mesmo homem que afagara o acordo político, iria recusar-se a promover uma sucessão presidencial marcada pela concórdia. Nesse sentido, tenho como primeiro passo o afastamento da candidatura Nereu Ramos. Por todos os títulos políticos e atributos pessoais, Nereu Ramos seria o candidato natural e incontestado do PSD. Desconheço os motivos pelos quais Dutra dele se descartou, abrindo um vácuo, que seria fatal. Na verdade, sobretudo da área governamental, nenhum político preteria Nereu Ramos, que vinha de 1930, e servira ao País com impecável correção, granjeando inclusive o respeito e a admiração dos adversários.

Algum dia se saberão as razões que levaram ao afastamento da candidatura Nereu Ramos. Na ocasião, uma das versões assegurava que pessoas da intimidade do Presidente jamais haviam perdoado Nereu da redução do mandato Presidencial, de seis para cinco anos, como o fez a Constituição de 1946, com a concordância do próprio Presidente Dutra. O certo é que esse veto à candidatura Nereu abriu as portas ao regresso do exilado de Itu.

Hoje podemos ver quanta razão assistia ao Sr. Artur Bernardes quando declarou ao Sr. Mangabeira — conforme já referi em outra oportunidade — que seria o último presidente a governar dentro da lei.

Ninguém ignora que o Presidente Dutra sugeriu à UDN cinco nomes mineiros. Minas passava a ser assim uma pepineira de candidatos, entre os quais, embora evite fazer juízos temerários, os de maior estatura política eram os Srs. Bias Fortes e Carlos Luz. A verdade é que essa safra de candidatos mineiros irritou fundamente a UDN que, em Minas, tinha inclusive o nome do seu ilustre Governador Milton Campos. Desse modo, a sucessão fazia desmoronar tudo quanto se fiara pacientemente para dar tranqüilidade ao Brasil. Separados a UDN e o PSD, aquela com a candidatura Eduardo Gomes, este com a do Sr. Cristiano Machado, cuja vida pública ainda não o credenciara para a suprema magistratura, logo surgiu o Sr. Getúlio Vargas, que, segundo os testemunhos da época, não somente aceitaria o nome do Sr. Nereu Ramos, como jamais se aventuraria a enfrentar candidato que reunisse o apoio daqueles dois partidos. A divisão levou o Sr. Ademar de Barros, também, a botar água no moinho do PTB.

Resultado imediato foi a fácil eleição do Sr. Getúlio Vargas. Não devemos, porém, confundir a vitória com a paz, e esta não baixaria sobre o Brasil nos anos que se seguiram à eleição de Getúlio Vargas.

Tudo isso prova, Sr. Presidente, que como bem dizia Campos Sales, e aqui lembrei há algum tempo, a sucessão presidencial é o eixo da política brasileira. Nada é mais importante. E por isso mesmo tem de ser considerada sem outra preocupação que não seja o País. Sempre que se saiu desse rumo, fosse pelas próprias circunstâncias da política, fosse por motivos pessoais, construíram-se caminhos de intranqüilidade.

Ficara o fogo de monturo decorrente da campanha eleitoral. O Brasil teve então um dos mais agitados períodos após a Revolução de 1930, encerrado dramaticamente com o gesto do Presidente Vargas que, em meio à solidão a que o levava à Presidência da República, emocionaria o País pondo fim à própria existência. Estou dispensado de dizer do traumatismo que varreu o Brasil de norte a sul. É que, ainda uma vez, da campanha pela sucessão presidencial não surgira apenas uma palavra para o vocabulário político — a cristianização: ficava o sacrifício do Sr. Getúlio Vargas. Como sempre ocorre, ficara algo mais, e o País, de 1950 a 1954, debateu-se numa continuada luta parlamentar sob a extraordinária liderança do Deputado Carlos Lacerda. Luta que desaguou no suicídio do Presidente Vargas.

Para comprovar a tese que tenho sustentado sobre a conveniência do consenso nacional em torno de um candidato à Presidência da República, não seria necessário prosseguir, de tal modo os fatos são evidentes. Infelizmente, porém, parece acontecer com alguns dos responsáveis pela política do País aquilo que dizem haver ocorrido com os Bourbons após a queda de Napoleão — tudo haviam esquecido e nada haviam aprendido.

Tendo o Sr. Café Filho assumido a Presidência, dir-se-ia possível uma trégua em torno da sucessão. Contudo, como tão freqüente, tanto a UDN quanto o PSD estavam convictos de uma próxima vitória eleitoral. No PSD — já morto o Sr. Agamenon Magalhães, candidato natural — surgiu o Sr. Juscelino Kubitschek, que nenhum conselho ou advertência afastou da luta. Na UDN aprestava-se o Sr. Juarez Távora.

Antes, porém, de se chegar a esse confronto, algumas coisas aconteceram e não devem ser omitidas. No PSD era notória a existência de uma dissidência, e o Sr. Etelvino Lins, antes mesmo do trágico 24 de agosto, trabalhara no sentido de um candidato de união nacional, idéia que sustentara mesmo após a morte de Getúlio Vargas. Chegara mesmo a sugerir ao Sr. Juscelino Kubitschek a indicação de três nomes à convenção do PSD: o próprio Juscelino, Lucas Lopes e Gustavo Capanema. Os dois últimos desistiram expressamente da indicação.

Também não deve ser esquecido que, havendo Juarez Távora desistido da candidatura, o nome do Sr. Etelvino Lins despontara como um nome capaz de se tornar um virtual candidato de conciliação, dada a densidade das forças antijuscelinísticas dentro do PSD. Foi, porém, uma rosa de Malherbe. Do mesmo modo que falharam as articulações em torno do Sr. Carlos Luz. Sem demora, Juarez Távora retomou a candidatura, e a idéia de união nacional se desfez como bolha de sabão.

Restava, porém, o problema dos vice-presidentes. E, ainda uma vez, como acontecera em outras oportunidades, nele iria se decidir virtualmente os destinos da eleição. O Presidente Café Filho desejava fosse o Sr. Munhoz da Rocha o companheiro de Távora, ao que se opôs Carlos Lacerda, tornando-a impossível. Acredita-se que, ressentido, Café Filho recolheu as velas — era a derrota de Távora. Enquanto isso, Juscelino, pronto a pagar alto preço pelo apoio do PTB, inclinou-se para João

Goulart como companheiro de chapa — era a vitória do governador de Minas, que vencera todos os obstáculos, inclusive a má vontade do Sr. Benedito Valadares.

Uma nova e áspera luta iria girar em torno da sucessão presidencial — e não custava pressentir-se a existência do clima do qual surgiriam Jacareacanga e Aragarças, do mesmo modo que levara ao impedimento do Sr. Café Filho e à deposição do Sr. Carlos Luz, que tivera de homi-ziar-se a bordo do Tamandaré. Na verdade, a Nação dividira-se entre três candidaturas — a do Sr. Juscelino, que alcançou 36% dos votos; do Sr. Juarez Távora, que obteve 30%; do Sr. Adhemar de Barros, a quem tocaram 20%.

Poder-se-ia esperar a paz, diante de uma casa de tal modo dividida?

Não custava adivinhar ter o Brasil entrado em novo período de agitação, do qual a primeira demonstração foi o levante de Aragarças. Felizmente, mais inclinado a apagar os incêndios do que alimentá-los, o Presidente Juscelino esgotaria o seu mandato entre lutas, que enfrentou com habilidade, mas nem por isso evitando que o País desconhecesse a fecunda benemerência da paz.

Por mais que deseje ser breve, não posso omitir a disputa entre os Srs. Jânio Quadros e Teixeira Lott, e que resultara do fato de haver a UDN negado ao Sr. Juracy Magalhães o apoio que lhe devia. A luta, entretanto, não se esgotaria com a esmagadora vitória do primeiro, pois faltava-lhe evidentemente o apoio parlamentar, que o levaria, em pouco mais de seis meses, a renunciar à Presidência da República. Era o balanço final de mais uma campanha em torno da Presidência da República. Seguir-se-ia o infeliz governo do Sr. João Goulart, cujo término seria marcado pela Revolução de 1964.

Ora, Srs. Senadores, quando observo a fogueira que ameaça o Brasil, cada dia pondo-se mais lenha, tenho o direito de perguntar se estou cego, ou se são os outros que teimam em não ver. Principalmente em meio à terrível crise que nos lacera, não entendo não se fazer imenso esforço em busca de um entendimento. Lembro-me, aliás, que, ao ser lançada a candidatura Júlio Prestes, o Sr. João Neves perguntava, na Câmara dos Deputados, se não sabia o governo, o governo do Sr. Washington Luís, então a braços com a estabilização da moeda, “ser a paz política, seguida da tranqüilidade pública, uma das condições fundamentais para a vitória de um plano de estabilização”. Não poderemos nós, diante de quanto estamos vendo e sentindo, nós que vemos e sentimos as aflições do povo, perguntar se não terá chegado a hora de alguma coisa que signifique o entendimento, a trégua, a conciliação, ou que melhor nome tenha?

Ultimamente, muito se tem falado em consenso, que certamente terá de ser buscado inicialmente dentro do PDS, o maior dos nossos partidos, para depois se estender, ou se buscar estender a outras agremiações ou segmentos da vida política.

Bem sei quanto divergem os conceitos em torno da exata significação do consenso. Estou longe de pensar que possa significar uma reunião de dois ou mais partidos apoiando um candidato comum. Francamente, no clima atual, não acredito possível. Admito, porém, podermos chegar a um candidato que, mesmo sem ser o preferido de todos, possa ter o assentimento de todos, pelo reconhecimento de ser alguém em condições de exercer a Presidência. Isso, para mim, é o consenso. O que, no entanto, não passa na minha cabeça, talvez por encanecida, é que haja grupos políticos, mesmo dentro dos partidos, que se submetam a apenas contribuir para a grelha onde serão queimados. Na política isso, a meu ver, não existe. E daí a necessidade de imenso trabalho político para alcançarmos a paz, a tranquilidade, a confiança, diria mesmo a esperança que desapareceram dos nossos horizontes.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não, com muito prazer, nobre Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon — Permita-me interromper a sua lúcida análise sobre o...

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

O Sr. João Calmon — ... o problema da sucessão presidencial, para fazer uma rápida observação: eu não faço nenhuma distinção entre paisanos e militares. Parece-me, entretanto, eminente Senador Luiz Viana, que, nos últimos 19 anos, a sucessão presidencial se está transformando, no Brasil, numa "ação-entre-amigos", entre amigos fardados, até mesmo com a fixação do número de estrelas necessárias (quatro) para que o candidato seja eleito Presidente da República. Eu falo com a isenção de quem é reservista de segunda categoria e recebeu a Ordem do Mérito Militar no grau de Grande Oficial, o diploma *Honoris Causa* da Escola Superior de Guerra. V. Ex<sup>a</sup> salientou há pouco que está havendo no Brasil, nestes últimos meses, além da inflação na área financeira, uma inflação de candidatos. Hoje, abrimos os jornais, o *Correio Braziliense*, por exemplo, e vimos o lançamento ou relançamento de um novo candidato militar — o eminente General Otávio Medeiros. Esse relançamento foi feito pelo General Newton Cruz, novo Comandante Militar do Planalto. Eu tenho a impressão de que numa hora grave da nacionalidade, como a que V. Ex<sup>a</sup> está focalizando com tanta propriedade, nós deveríamos interromper essa "ação-entre-amigos" fardados, ou da ativa ou da reserva. Eu leio apenas três ou quatro linhas do pronunciamento do General Cruz que, a certa altura, afirma o seguinte, em relação ao atual Chefe do Serviço Nacional de Informações:

"Vejo-o entre os grandes, recordando os pequenos; vejo-o entre os pequenos, esquecido dos grandes. Eu vi o soldado, eu vi o homem, eu vi o cidadão. Vi o companheiro e o chefe, vi o amigo e o irmão. Vida feita de coerência, a marcar a coerência

de uma vida. Eu vejo o homem público, eu vejo o estadista. Merecem-no o SNI e o Brasil.”

A propósito dessa promoção a estadista, eu devo evocar as palavras imortais de Disraeli, que costumava dizer: “A diferença entre político comum e o estadista é que o político comum só pensa na próxima eleição, enquanto o estadista só pensa na próxima geração.” Creio que esse retrato de estadista não deve sair jamais das nossas mentes. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Estou certo de que pelo menos uma ponderável parte desta Casa, senão toda, também acredita que o Brasil esteja a reclamar um estadista, seja ele fardado ou civil. O que devemos é ter alguém que, pelas suas virtudes, pela sua capacidade política — que é justamente o traço que está omitido naquela declaração do General Cruz, não sei se propositadamente, mas ele que atribuiu tantas virtudes ao General Medeiros, inclusive a de estadista, não tem uma palavra para o homem político — o que nós precisamos é escolher um Presidente político para governar com os políticos. (*Palmas.*)

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer e muita honra.

O Sr. Humberto Lucena — V. Ex<sup>a</sup> está a terminar uma magnífica exposição histórica que faz jus a sua brilhante inteligência, ao seu talento, a sua cultura, inclusive de escritor dado à pesquisa deste gênero. V. Ex<sup>a</sup> faz um trabalho muito brilhante a respeito das várias sucessões presidenciais ao longo da República. Mas, o que me parece — e nesse sentido é que gostaria de interferir no discurso de V. Ex<sup>a</sup> — é que a democracia, nobre Senador Luiz Viana, não é um regime de consenso; pelo contrário, é um regime de conflito, dentro da sociedade, entre partidos, entre homens públicos e suas idéias. A julgar pelo que escutei de V. Ex<sup>a</sup>, em todas as sucessões presidenciais nós deveríamos ter chegado a um entendimento em torno, possivelmente, de um candidato único à Presidência da República, para evitar certas crises institucionais que, infelizmente, nos atingiram durante toda a História republicana. Para concluir, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que, ao ver do PMDB, a única saída para se acabar com essa “ação-entre-amigos” a que se referiu, com muita propriedade, o Senador João Calmon, do PDS do Espírito Santo, que tem caracterizado as sucessões presidenciais de 1964 até hoje, é evidentemente devolver ao povo a escolha de Presidente da República, restabelecer as eleições diretas para que, através delas, de um grande debate nacional, nós possamos solucionar a crise econômica e social em que nos encontramos. Aí, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, nós teremos cada partido com seu candidato defendendo sua plataforma e o povo será o grande juiz. Agora, para dar maior importância e representatividade aos resultados das eleições diretas para Presidente da República, e inclusive para governadores de Estados e prefeitos, nós poderíamos adotar o princípio da maioria absoluta, isto é, só seria eleito aquele que alcançasse metade dos votos, mais um, como ocorre hoje na França no sistema parlamentarista que lá está implantado, mas onde o Presidente da República é eleito pelo povo.

O SR. LUIZ VIANA — É pela maioria absoluta.

O que desejaria acentuar é que eu não me oponho, pelo menos teoricamente, à luta, ao conflito, ao confronto partidário, ao confronto de candidatos, que é evidente, próprio e até peculiar à democracia. Quer dizer, nos regimes não democráticos é que surgem os candidatos únicos, os candidatos salvadores, os candidatos que chamam carismáticos talvez, e que muito raramente servem ao País mais do que aos seus interesses e aos interesses dos seus amigos. Mas o que acho altamente inconveniente, sobretudo num momento de crise, de crise grave como a que atravessa o Brasil, é que nós mergulhemos na radicalização de uma luta política, de uma luta em torno da candidatura a Presidente da República e que traga, realmente, problemas futuros da maior gravidade. Não precisaria relembrar, porque isso está aqui, todos nós conhecemos, todos nós somos políticos, somos militantes, que o futuro Presidente da República, ele corre o risco de ser eleito tendo o apoio apenas de uma minoria parlamentar. Se os presidentes que ascendem com maioria parlamentar têm dificuldades para governar, perguntaria a V. Ex<sup>a</sup> quais serão as dificuldades que um Presidente, no momento em que ascende à suprema magistratura do País, poderá ter, não contando com o apoio de uma sólida maioria parlamentar? São observações que, estou certo, V. Ex<sup>a</sup> fará e sobre elas meditará.

Sr. Presidente, dizia eu que era preciso restabelecer inclusive a esperança que desaparecera dos nossos horizontes. Nenhum trabalho será mais frutuoso para que, unidos, acima dos partidos e das facções, possamos desfraldar sobre o Brasil uma bandeira sob a qual se possam abrigar confiantes todos os brasileiros, no clima da abertura democrática.

Para esta, é de justiça reconhecê-lo e proclamá-lo, o Presidente João Figueiredo, certamente vencendo a oposição dos que imaginam vantagens das lutas e dissensões, tem dado passos importantes, possivelmente decisivos para o futuro do Brasil. Há que continuá-los com a impessoalidade do estadista. Há dias, segundo os jornais, Sua Excelência pedia que Deus o inspirasse, o que bem mostra a altura em que compreende deva estar o problema.

Quinze anos se passaram, Sr. Presidente, depois que sugeri ao Presidente Costa e Silva uma conciliação. Estou certo, porém, de que os fatos que assinalam as sucessões presidenciais no Brasil — o eixo da nossa vida política, conforme disse Campos Sales —, não contribuem para que deva mudar de rumo. Pelo Contrário, Sr. Presidente, com os problemas que angustiam hoje o Brasil, abalando estruturas políticas, sociais e econômicas, só vejo motivos para considerar patriótico não semearmos os ventos da discórdia e da luta em torno da sucessão presidencial, e faço votos por que consiga o Presidente Figueiredo fazê-la desaguar no consenso da opinião nacional, hoje tão inquieta e temerosa.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)